



SENADO FEDERAL

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Avaliação de Políticas Públicas

(Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal - RISF)

Proposta de Plano de Trabalho

Avaliação das políticas públicas sobre segurança hídrica e gestão das águas nas regiões Norte e Nordeste

Presidente e Relatora: **Senadora FÁTIMA BEZERRA**

Vice-Presidente: **Senadora LÍDICE DA MATA**

1. APRESENTAÇÃO

Avaliar políticas públicas tem como objetivo principal aprimorar a gestão do Estado, por meio da mensuração de sua eficiência, eficácia e efetividade. O resultado da avaliação é fundamental para orientar as ações do Poder Público.

O art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal prevê que a Casa Legislativa realize a avaliação de políticas públicas. Por meio de tal avaliação, o Legislativo Federal buscará, dentre outras medidas, adequar os dispositivos normativos às necessidades sociais.

O mencionado artigo do RISF determina que “as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas”. Com

base nesse dispositivo, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em 2017, realiza a avaliação das políticas públicas sobre segurança hídrica e gestão das águas nas regiões Norte e Nordeste, conforme o Requerimento da CDR nº 15, de 2017, aprovado em 29 de março do ano corrente.

Essa avaliação é fundamental, diante das crises hídricas enfrentadas sobretudo pela população do semiárido brasileiro, que abrange a maior parte do Sertão e do Agreste, em 1.133 municípios de nove estados do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Nessa região, vivem 22 milhões de pessoas, fazendo do semiárido brasileiro o mais populoso do planeta. O problema da seca está historicamente presente em parte considerável da região Nordeste, onde o semiárido corresponde a 57% da área total da região e abriga, aproximadamente, 40% de sua população. De acordo com os registros dos eventos climáticos ocorridos na região nos últimos três séculos, por cerca de 85 anos as chuvas foram escassas, inexistentes ou mal distribuídas.

Avaliar o andamento das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco será um dos principais elementos da presente avaliação, sobretudo quanto ao modelo de gestão de águas e aos recursos orçamentários necessários para assegurar o abastecimento das populações a serem beneficiadas pelo projeto.

Quanto à região Norte, segundo a última Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008, é a região com os piores índices de abastecimento de água no País. No recorte por domicílios, havia no Brasil cerca de 12 milhões de residências sem acesso à rede de água, situação mais crítica na Região Norte, com 54,7% dos domicílios nessa situação. Esses

números representam um grande paradoxo, considerando que nessa região se encontram cerca de 70% das reservas de água doce superficial existentes no País.

Assegurar água para o abastecimento humano é o fundamento do conceito de segurança hídrica que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), é:

A capacidade de uma população de salvaguardar o acesso sustentável a quantidades adequadas de água de qualidade aceitável para garantir meios de sobrevivência, o bem-estar humano e o desenvolvimento socioeconômico, assegurando proteção contra poluição e desastres relacionados à água, bem como a preservação de ecossistemas em um clima de paz e estabilidade política.¹

A gestão das águas é o principal instrumento para se alcançar a segurança hídrica. Avaliar as políticas públicas de abastecimento de água para o Nordeste e o Norte do Brasil é tarefa que merece foco, dado o curto período disponível até dezembro de 2017, quando o relatório da presente avaliação deverá ser entregue à deliberação da CDR.

As atividades a seguir propostas objetivam levantar dados necessários para se fazer uma avaliação adequada dessas políticas.

2. ATIVIDADES PROPOSTAS

A fim de estruturar a presente avaliação, propõem-se as seguintes atividades:

¹ <http://www.unwater.org/publications/water-security-infographic/> (acesso em 11/9/2017).

- obtenção de dados de órgãos e entidades dedicados aos temas objeto da avaliação, incluindo Agência Nacional de Águas (ANA), Ministério das Cidades, Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Ministério da Integração Nacional, Tribunal de Contas da União (TCU);
- análise da legislação correlata;
- realização de audiências públicas.

As atividades ora mencionadas deverão abordar os seguintes subtemas:

- Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF) e abastecimento de água para o semiárido;
- Gestão de águas da bacia do rio São Francisco;
- Política de reservação de águas no Nordeste;
- Execução financeira e orçamentária de projetos e programas de abastecimento de água para o Nordeste e o Norte, com destaque para o PISF e suas obras complementares.

Sugere-se a realização de audiências públicas com representantes do poder público, da academia e da sociedade civil.

Finalmente, o Plano prevê a elaboração de um relatório da avaliação, a ser apreciado pela CDR até o final desta sessão legislativa.

3. CRONOGRAMA

Este Plano de Trabalho propõe a seguinte programação para a avaliação:

Data	Atividade	Local	Convidados
Outubro de 2017	<p>Audiência pública regional: Desafios para o PISF – eixos norte e leste e obras complementares</p>	Natal - RN	<ul style="list-style-type: none"> • Dom Antônio Carlos Cruz Santos (Diocese de Caicó/RN); • Dom Jaime Vieira Rocha (Arquidiocese de Natal/RN); • Dom Mariano Manzana (Diocese de Mossoró/RN); • Ivan Lopes Júnior (SEMARH/RN); • João Azevedo Lins Filho (Secretaria de Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia/PB); • João Fernandes da Silva (AESPA/PB); • José Procópio de Lucena (CBH-PPA); • Josemá de Azevedo (ABES/RN); • Josivan Cardoso Moreno (IGARN); • Marcelo Cauás Asfora (APAC/PE); • Marcelo Saldanha Toscano (CAERN); • Padre Flávio Bezerra da Silva (Arquidiocese de Natal/RN); • Paulo Varella (ex-diretor da ANA); • Vicente Andreu Guillo (ANA); • Representante da ALERN; • Representante da UFPB; • Representante da UFPE;

			<ul style="list-style-type: none"> • Representante da UFRN.
Outubro de 2017	Audiência pública regional: Desafios para o eixo norte do PISF e obras complementares	Fortaleza - CE	<ul style="list-style-type: none"> • Eduardo Sávio Passos Rodrigues Martins (FUNCEME); • Francisco de Assis de Souza Filho (UFC); • Francisco José Coelho Teixeira (SRH/CE); • João Lúcio Farias (COGERH/CE); • José Nilson Bezerra Campos (UFC); • Yuri Castro de Oliveira (SOHIDRA/CE); • Representante da ANA; • Representante do Ministério da Integração Nacional.
Novembro de 2017	Audiência pública: segurança hídrica na região Norte; PISF e regiões doadoras; gestão das águas na bacia do Rio São Francisco.	Brasília - DF	<ul style="list-style-type: none"> • Alejandro Fonseca Duarte (UFAC); • Antônio Donato Nobre (INPE/INPA); • Carlos Afonso Nobre (INPE); • Irving Foster Brown (UFAC); • José Antônio Marengo Orsini (INPE); • Luiz Eduardo Oliveira e Cruz Aragão (INPE); • Luiz Gylvan Meira Filho (IEA/USP e Associação Instituto Tecnológico Vale); • Paulo Eduardo Artaxo Netto (USP); • Vera Lúcia Reis Brown (IMC/AC); • Anivaldo de Miranda Pinto (CBHSF); • José Geraldo dos Reis Santos (SEMA/BA);

		<ul style="list-style-type: none"> • Márcia Cristina Telles de Araújo Lima (INEMA/BA); • Representante da UFBA; • Antônio Avelino Rocha de Neiva (Codevasf); • Antônio Rocha Magalhães (CGEE); • Dirceu Silveira Reis Júnior (UnB); • Helder Zahluth Barbalho (Ministério da Integração Nacional); • José Luiz de Souza (Ministério da Integração Nacional); • Oscar de Moraes Cordeiro Netto (UnB); • Roberval Tavares de Souza (ABES); • Sinval Zaidan Gama (Chesf); • Vicente Andreu Guillo (ANA); • Representante da Sociedade Civil.
Dezembro de 2017.		Apresentação e votação do relatório final.